

**Central Eólica SRMN II S.A.**

CNPJ nº 29.302.357/0001-06

**Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022**

**Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022** (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	7	12.519	2.351
Concessionárias	8	539	6.388
Impostos a compensar	9	2.159	385
Cações e depósitos vinculados	11	-	9.875
Adiantamento a fornecedores	12	1.457	9
Despesas antecipadas	13	28	-
		<b>16.702</b>	<b>19.008</b>
<b>Não circulante</b>			
Cações e depósitos vinculados	11	3.289	2.691
Partes relacionadas	10	14.328	58.710
Imobilizado	14	133.058	135.479
		<b>150.675</b>	<b>196.880</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>167.377</b>	<b>215.888</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas das demonstrações financeiras - Em milhares de Reais**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Central Eólica SRMN II S.A. ("Companhia" ou "SRMN II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2017, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica SRMN II e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 16, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. 1.1. **Autorização do Parque Eólico Santa Rosa Mundo Novo II:** Em 04 de junho de 2018 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produção independente por 35 anos, com término em 2053. A Companhia, em 20 de maio de 2018, por meio do contrato de 20 de dezembro de 2017, vendeu 17,0 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017 por meio do projeto de geração eólica Santa Rosa Mundo Novo II, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, na região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início previsto para janeiro de 2022, ao preço de R\$108,25/MWh. Conforme despacho ANEEL nº 3.827 o Parque Eólico Santa Rosa Mundo Novo II iniciou sua operação comercial em 30 de novembro de 2021.

**Empresa** Central Eólica SRMN II  
**Forma jurídica** Sociedade Anônima de Capital Fechado  
**Modalidade** Sociedade por Quotas  
**Outorga** Autorização  
**Estado** RN  
**Capacidade instalada (MW)** 29,40  
**Energia assegurada (Mm)** 18,80  
**Data do início da operação** 03/06/2019  
**Capital registrado** 20.000,00

**1.2. Ativo circulante líquido negativo:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido a pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque eólico. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2022 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em julho de 2021 (ii), desembolso de empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNB, (iii) se houver necessidade aporte de capital da holding.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**  
**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 01 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 23, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas, julgamentos e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

**3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**  
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

**4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**  
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados em ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e as alterações são registradas em variações e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação da vida útil e do valor residual, com base nos estudos de viabilidade do projeto (Nota explicativa nº 14). • Provisão de desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 17). • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinar o valor da receita conforme sua geração, com em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 19). • Provisão para custos trabalhistas, tributários e civis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 28)

**5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**  
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, ou são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado, que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia futuradas e não futuradas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **c) Imobilizado:** O parque eólico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em Outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável:** Ativos são avaliados ao valor recuperável no final de cada exercício contábil. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera caixa e cuja redução ao valor recuperável não exceda o valor da UGC. As variações de caixa decorrentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao valor presente usando uma taxa de desconto entre dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado se não houvesse redução de valor. A perda de valor não liveness sido reconhecida. **e) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **f) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **g) Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, enquanto o dividendo declarado após a aprovação na demonstração financeira não é considerado uma obrigação nas demonstrações após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros até que sejam aprovados pelo órgão competente, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. **h) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **i) Provisões:** Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira de provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. **Contingências:** São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável





